

ARQUIVO 9

Artigo

A ALCA E A GEOPOLÍTICA DAS AMÉRICAS



CLÁUDIO DE CASTRO E SILVA,
Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do
Departamento de Comunicação e Ciências Sociais.

Encontro das Américas, a ser realizado em maio em Belo Horizonte, oficializará, para o grande público, as decisões já tomadas pelos países participantes. Algumas questões ainda não consensuais podem chegar ao Encontro das Américas como impasses mas certamente serão, hábil e naturalmente, remetidas para outro Encontro, dando prazo portanto, para as chancelarias acertarem neste

de dos países da Europa Ocidental, que tenta a mais desenvolvida forma de integração de mercado: livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas e da unidade monetária, que é ainda uma incógnita.

Temos, ainda, uma América com uma multiplicidade de economias, costumes, sociedades, culturas, tradições e distorções sociais calamitosas.

intervalo as questões e controvérsias existentes.

Existem dois tipos de questões: as pontuais, que dizem respeito a tarifas, restrições, etc., que serão resolvidas pela iniciativa privada com ajuda de seus respectivos governos, e as questões estruturais, que são bastante complexas por envolverem conteúdos históricos, políticos, econômicos, tradições e ideologias. Nestas questões é que aparecerão os maiores impasses pois as Américas não são uma só, não possuem a mesma unida-

Questões, em que a economia de mercado não foi a grande culpada, mas o populismo de direita ou de esquerda podem agravá-la se visarem os interesses imediatos de uma pequena parcela da população, que sempre se utilizou cartorialmente do Estado, seguindo a tradição das metrópoles européias contra-reformadas.

A queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria não foram acontecimentos casuais e nem milagrosos, as economias de superplanejamento centralizadas já há muito vinham demonstrando ineficiência e fraqueza reveladas inicialmente na China, desde o final da década de 70, bem antes dos acontecimentos de novembro de 1989 na Alemanha Oriental. Mas é bom lembrarmos do que disse o dissidente chinês, Liu Binyam, de que os fatores que levaram à Alemanha Nazista e à URSS como as perturbações econômicas a xenofobia e o populismo, ainda existem. O fim da Guerra Fria é apenas o início de uma Nova Ordem Internacional, que somente está se delineando de forma mais organizada no Ocidente. E se a América Latina é culturalmente ocidental ou se quer ou não ser, não é uma charada, mas uma das grandes questões geopolíticas do presente.

Dentro desta Nova Ordem Internacional tenta-se a criação de mercados regionais, que muitas vezes tendem a ser fortalezas protecionistas, devido aos aspectos da desordem, sublinhados pelo desemprego, grandes imigrações, conflitos étnicos e civilizacionais, tratados em teses acadêmicas e noticiados pela grande imprensa, mas

ocultados pela euforia ingênua e perversa da vitória ocidental. Neste contexto, está sendo corretamente estruturada uma integração entre as Américas, que pode vir a ser um mercado integrado maior que a Unidade Européia, não tão completa como ela, mas certamente com um potencial econômico invejável. Um acordo de livre comércio é, dos sistemas de integração, o mais primário deles, e se não for feito, levando-se em conta as infinitas disparidades, como no caso das Américas, pode conduzir a uma derrocada total das economias mais frágeis e dependentes; e uma integração como demonstrou a Europa, se faz fortalecendo os parceiros mais fracos como Espanha, Portugal e Grécia.

A política externa do presidente Fernando Henrique Cardoso até agora tem sido bastante eficiente: abandonou o latino-americanismo, de carga excessivamente ideológica das décadas de 50, 60 e 70 e "geografizou" seu discurso; agora no Itamaraty fala-se em América do Sul. Está correto valorizar o sucesso do MERCOSUL e atrair para sua órbita um maior número de países e negociar a ALCA em uma posição mais confortável. O sucesso do MERCOSUL não é um sucesso sem limites, é um sucesso entre os países participantes, mas temos que lembrar, esquecendo aquele orgulho barroco/romântico, tão a gosto do latino-americano, que este mercado movimenta menos de 2% do mercado internacional, está longe dos grandes centros de comércio e não possui um centro financeiro de expressão. Estas são suas limitações, esta é sua realidade.

Está correto também o Presidente querer manter o prazo de 2005, ao invés de antecipá-lo, como querem os EUA, para 2003. Uma área de livre comércio, sem os devidos ajustes e no tempo certo, entre países tão díspares, seria inviável. Inviável, também, será se não deslancharmos logo nossas privatizações e quebrarmos de vez o protecionismo cartorial que vigora no Brasil.

Em seu primeiro mandato o presidente Bill Clinton não teve uma política externa para a América do Sul. Finda a Guerra Fria, esta Região, palco do conflito entre Leste e Oeste, administrado sob a batuta do intervencionismo dos EUA, não oferecia grandes perigos para a garantida hegemonia norte-americana com a derrota da super potência rival, a URSS. A preocupação da política externa era a expansão da OTAN na Europa Central e, conseqüentemente, a permanência da influência dos EUA na Europa, preocupação concreta e constante norte-americana. Em seu segundo mandato o presidente Clinton também demonstra, ainda, falta de empenho mesmo diante da América do Sul.

Historicamente, a aproximação dos EUA com o Brasil se deu no episódio da Revolta da Armada em 1893, que não foi bem aceita por grande parte da opinião pública da época, que acusou o governo do Marechal Floriano de ceder parte da soberania do Brasil quando aceitou a entrada de navios da marinha norte-americana na Baía da Guanabara. Sem fazer o julgamento do episódio, o fato é que os EUA passaram a ser, para parte da população brasileira, uma nação potencialmente intervencionista. Desde então os brios nacionalistas, invariavelmente exacerbados quando conduzidos por uma liderança carismática e populista, emergem para uma retórica.

Durante o governo Vargas, principalmente em seu segundo período, com a mudança de orientação política, quando de cunho de direita/populista para esquerda/populista, as relações entre Brasil e EUA tornaram-se tensas mas habilmente contornadas pois Getúlio Vargas não tinha uma clara prioridade em sua política externa e desavenças diplomáticas graves com os EUA.

A política externa brasileira, porém, entra posteriormente em confronto com os EUA, durante o governo Jânio Quadros com sua Política Externa Independente (PEI), que desafiando o

conceito de conflito Leste/Oeste, deixa de priorizar a política dos EUA de Segurança Hemisférica e não apoia as sanções norte-americanas a Cuba. Além disto, o presidente Jânio Quadros condecora Guevara, estabelece o legítimo direito de o Brasil manter relações comerciais e diplomáticas com qualquer país, mesmo os países socialistas, desde que fosse de interesse ao desenvolvimento econômico brasileiro, desenvolvimento este baseado no Nacional Desenvolvimentismo: protecionismo substitutivo de importações. Jânio propõe a abertura para a África, aproxima-se da China e mergulha em um novo conceito de confronto mundial: o Norte/Sul, países pobres versus países ricos. Formalmente, o Presidente não abdicou o Brasil de ser um país do bloco ocidental e capitalista. O governo Jango segue e amplia os conceitos da PEI, e é derrubado por um golpe militar.

O governo Castello Branco tenta, sem muito sucesso, mas convicto do que fazia, retomar as boas relações com os EUA, bastante prejudicadas pelas políticas externas de seus antecessores. Restabelece o bipolarismo da Guerra Fria - Leste versus Oeste, capitalismo versus socialismo- opta concretamente pela Segurança Coletiva do Hemisfério, ao enviar tropas para a República Dominicana e romper relações com Cuba, mas não consegue diluir a influência do nacionalismo de direita e esquerda, beneficiários diretos do modelo de Substituição de Importações, não consegue promover a abertura desejada da economia e acaba fazendo um discurso ao estilo da PEI, sobre a tradicional universalidade da política externa brasileira.

Os governos militares seguintes e o governo Sarney, deram continuidade ao pensamento da PEI, cada vez mais exacerbadamente nacionalista, na suposição da "grande potência" que era o Brasil. O governo Ernesto Geisel chegou a romper alguns acordos com os EUA, apoiou ostensivamente a

guerrilha socialista nas ex-colônias portuguesas na África e atuou incisivamente na UNCTAD, órgão da ONU de desenvolvimento do comércio e indústria nos países de terceiro mundo, altamente politizado.

O governo Fernando Henrique Cardoso tem mantido uma boa relação

com os EUA, e as discussões sobre protecionismo de ambos os lados fazem parte do jogo do comércio internacional, assim como a necessidade de fortalecer o MERCOSUL e apontar as práticas protecionistas tarifárias e não-tarifárias dos Estados Unidos, para negociarmos em posição mais confortável. O que não pode ocorrer

com nossa política externa é o anti-imperialismo de outras épocas, em um contexto mundial muito diverso, mas com resquícios do antigo, pois existem movimentos organizados na América Latina que, mesmo às vezes equivocados, podem servir de canais para as mais justas reivindicações dos deserdados desta Região.